

## EMENTAS DECISÕES CRIMINAIS

JOGO DE BICHO – ADEQUAÇÃO SOCIAL - CONDUITA TÍPICA – AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. (TJERJ. RECURSO Nº: 0387834-09.2013.8.19.0001. RELATOR: JUÍZA ROSE MARIE PIMENTEL MARTINS. JULGADO EM 30 DE JANEIRO DE 2015). ..... 107

APELAÇÃO. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. IMPOSSIBILIDADE DA UNIDADE DE JULGAMENTO. ART. 82 DO C.P.P. CONEXÃO E CONTINÊNCIA. PRECLUSA LÓGICA DA MATÉRIA. ARGUIÇÃO INTEMPESTIVA. REUNIÃO DE PROCESSOS APÓS A PROLAÇÃO E SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. SUMULA 235 STJ. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. AUSÊNCIA DE INTERROGATÓRIO DE RÉU REVEL NÃO PODE SE CONSTITUIR EM CERCEAMENTO DE DEFESA. DISPENSADA TESTEMUNHA PELA PRÓPRIA DEFESA, NÃO PODE ESTA, DEPOIS, ARGUIR CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA COESA. SUMULA 70 DO TJRJ. FAVORECIMENTO PESSOAL. ART. 348 C.P. CRIME FORMAL. INDEPENDENTE DE RESULTADO. FIXAÇÃO DA PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL. PENA DE MULTA SUBSTITUTIVA. CONDENAÇÃO. (TJERJ. RECURSO Nº: 0446295-42.2011.8.19.0001. RELATORA: JUÍZA CLÁUDIA MÁRCIA GONÇALVES VIDAL. JULGADO EM 12 DE DEZEMBRO DE 2014). .....110

APELAÇÃO. PENAL. CONTRAVENÇÃO. JOGO DO BICHO (ART. 58 DO DECRETO-LEI 6.259/44). FATO TÍPICO. PROVA SUBSTANCIAL E INSUSPEITA A RESPEITO. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL. INAPLICABILIDADE. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA. CORREÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJERJ. RECURSO Nº: 0033261-67.2013.8.19.0204. RELATOR: JD. CARLOS AUGUSTO BORGES. JULGADO EM 12 DE DEZEMBRO DE 2014). .....118

APONTADOR DO JOGO DO BICHO. ART. 58 DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DESCUMPRIMENTO DE UMA DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. REVOGAÇÃO NÃO OPERADA DENTRO DO PRAZO DA PUNIBILIDADE, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 89,§5º, DA LEI 9.099/95. CURSO REGULAR DO PROCESSO RETOMADO, COM PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. A SENTENÇA EXTINTIVA DE PUNIBILIDADE PELO DECURSO DO PRAZO DO *SURSIS* PROCESSUAL É MERAMENTE DECLARATÓRIA. INÉRCIA DO ESTADO NO MISTER DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS PENALIDADES QUE NÃO PODE PREJUDICAR O RÉU. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO PROVIDO E RECURSO DEFENSIVO PROVIDO PARA DECLARAR A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO ACUSADO. **(TJERJ. RECURSO N°: 0029169-17.2013.8.19.0204. RELATORA: JUIZA CINTIA SANTARÉM CARDINALI. JULGADO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2014).**..... 125

APELAÇÃO. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. TRANSAÇÃO PENAL. CONDIÇÕES NÃO CUMPRIDAS. PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL. POSSIBILIDADE. PRESENTES OS REQUISITOS SUBJETIVOS E OBJETIVOS PARA A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PROPOSTA. FUNDAMENTO SEM RAZOABILIDADE. NULIDADE RECONHECIDA. ART. 28 DO C.P.P. PROVIDO, EM PARTE, O RECURSO. **(TJERJ. RECURSO N°: :0001853-58.8.19.0065. RELATORA: JUIZA CLÁUDIA MÁRCIA GONÇALVES VIDAL. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2014).**..... 132